

Os Dez Mandamentos: uma análise foucaultiana

Ten Commandments: a Foucaultian analysis

Sonia Renata Rodrigues*

Resumo: Buscamos realizar um estudo do discurso jornalístico presente na matéria intitulada “Os dez mandamentos – A verdadeira história de Moisés” publicada pela revista Superinteressante, revista brasileira de curiosidades culturais e científicas. Atravessado pelo discurso da ciência, o sujeito enunciador da matéria utiliza expressões de cunho depreciativo para se referir à narrativa bíblica sobre os feitos do personagem Moisés, o que no universo discursivo foucaultiano pode ser compreendido como uma relação de disputa pela verdade e o poder entre duas formações discursivas distintas. Como base teórica utilizamos noções de enunciado, discurso e formação discursiva presentes em Foucault, articuladas às relações de poder e saber investigadas pelo filósofo.

Palavras-chave: Discurso. Enunciado. Verdade. Poder.

Abstract: *The aim of this paper is to make a study of the journalistic discourse present in the subject entitled “Os dez mandamentos – A verdadeira história de Moisés” published by the magazine Superinteressante, Brazilian magazine of cultural and scientific curiosities. Crossed by the discourse of science, the subject enunciator of matter uses disparaging expressions to refer to the biblical narrative about the deeds of the character Moses, which in the Foucaultian discursive universe can be understood as a relation of dispute for truth and power between two different discursive formations. As a theoretical basis we use notions of enunciation, discourse*

* Universidade Federal de Mato Grosso.

and discursive formation present in Foucault, articulated to the relations of power and knowledge investigated by the philosopher.

Keywords: Discourse. Enunciation. Truth. Power.

Introdução

Uma das lições primordiais concedidas por Foucault no seu célebre livro “A arqueologia do saber” (2008) é que o Sujeito do discurso não se expressa por meio de frases, proposições ou simples atos de fala, mas por meio de enunciados.

Por não se reduzir simplesmente à matéria linguística, os enunciados apenas conseguem produzir sentido dentro de um bloco maior – o discurso –, o qual para se constituir ultrapassa os limites da língua e avança sobre a história, produzindo relações entre verdade e poder, delimitando o que deve e pode ser dito e demarcando fronteiras entre as formações discursivas.

A teoria de Foucault pode tornar-se suficientemente clara quando a utilizamos como ferramenta para ler e compreender textos enquanto discursos e, assim, desvelar alguns significados, muitos que de fato podem saltar às vistas, outros que estão menos nítidos, mas como nos ensina o teórico francês não se deve ler pelas entrelinhas. O já-dito está lá, na forma de enunciados.

No raciocínio do autor, por não ser um elemento do domínio linguístico, da lógica ou da análise, mas do discurso, o enunciado somente é cabível de ser entendido e descrito dentro da função enunciativa e o sujeito de que fala Foucault não é o sujeito da frase gramatical ou da proposição lógica, nem tampouco o enunciador dos atos de fala ou de quaisquer outras instâncias de análise, e sim o sujeito do discurso, aquele que assume uma posição dentro do discurso e que poderia ser assumida por qualquer outro indivíduo.

Antes de visitarmos os conceitos foucaultianos de discurso, formação discursiva, enunciado e verdade e poder, articulamos uma súpula da narrativa bíblica sobre o personagem Moisés e, após, vamos a um resumo da matéria jornalística publicada na revista Superinteressante na edição número 353 datada de novembro de 2015.

Moisés: de herói e libertador na narrativa bíblica a personagem lendário em reportagem de revista

Intitulada de “Os dez mandamentos – a verdadeira história de Moisés”, a matéria jornalística da revista Superinteressante – revista brasileira de curiosidades culturais e científicas – foi assinada por Alexandre Versignassi e Reinaldo José Lopes. Nela, os jornalistas defendem a ideia de que a narrativa bíblica sobre o personagem Moisés não passa de uma enorme farsa criada e recriada ao longo dos séculos pela cultura judaica. Segundo eles, Moisés poderia ter existido como um real personagem histórico, mas seria apenas um líder tribal desprovido de qualquer heroísmo e/ou poderes sobrenaturais. Os jornalistas o comparam, em termos mitológicos, à rainha Daenerys Targaryen, rainha fictícia da série televisiva Guerra dos Tronos, por acreditarem que ele nada é além de uma criação literária.

Para comprovar sua afirmação e dar a ela um *status* de verdade científica, os jornalistas valem-se a do discurso da ciência, principalmente da arqueologia por ser o ramo científico que trata do estudo das sociedades humanas antigas através dos vestígios materiais encontrados pelos arqueólogos. Assim, na lógica da arqueologia, se há vestígios materiais há veracidade histórica, mas, se não forem encontrados vestígios materiais, a história não terá provas de que realmente existiu e não poderá ser tida como uma realidade histórica. Em suma: segundo os jornalistas, a arqueologia não encontrou vestígios materiais que pudessem comprovar os fatos narrados na Bíblia. Isso abre um enorme terreno para que eles possam referir-se à saga de Moisés como uma narrativa fantasiosa, utilizando os seguintes termos na reportagem: mito e lenda.

Já de acordo com o que a Bíblia narra, Moisés foi um líder israelita encarregado de uma missão sagrada: conduzir o povo hebreu – os antepassados de Jesus Cristo – para a terra prometida de Canaã, onde se tornariam uma nação sacerdotal e próspera, uma poderosa nação modelo que posteriormente seria o berço de nascimento do Cristo. A escritura sagrada relata que Moisés foi assistido por milagres realizados por Deus durante toda a caminhada pelo deserto, sendo o maior deles a abertura do Mar Vermelho e

posteriormente o recebimento das tábuas da lei, nas quais estavam escritos os dez mandamentos.

Assim, de um lado, temos a narrativa do pentateuco, sequência dos cinco primeiros livros da Bíblia, sem autoria definida, mas atribuída a Moisés pela tradição judaica e cuja mensagem é tida como verdade indiscutível para milhares de seguidores ao longo dos milênios. De um outro lado, temos a reportagem da revista, obra de um Sujeito que enuncia do ponto de vista da ciência, e por isso se reveste da relação verdade e poder, que lhe confere poderes para entender a narrativa bíblica de Moisés e seus dez mandamentos como apenas um mito, lenda.

O que nos interessa na reportagem é a dimensão discursiva que a cerca e que lhe dá sentidos, tornando-a mais que um texto, fazendo-a uma dispersão de sentidos nos termos foucaultianos. E ao proferir o nome de Foucault, vêm à baila termos essenciais para a compreensão de termos comuns no vocabulário cotidiano, como mito e lenda, ser algo além de palavras, mas sim verdadeiros enunciados utilizados por uma instância maior que os autores Alexandre Versignassi e Reinaldo José Lopes, chamado de o Sujeito do discurso. Segundo Foucault (2008, p. 107), “não é preciso, pois, conceber o sujeito do enunciado como idêntico ao autor da formulação, nem substancialmente, nem funcionalmente”.

Discurso, enunciado, formação discursiva

Como já dissemos anteriormente, à teoria de Foucault não interessa textos, frases, ou quaisquer materiais linguísticos isolados. Ela se ocupa com os discursos.

Sem desmerecer o trabalho de autoria da reportagem, podemos afirmar que o mesmo posicionamento discursivo assumido por Versignassi e Lopes poderia ser assumido por qualquer outro sujeito contanto que fizesse parte da mesma formação discursiva que os autores. Nas palavras de Foucault (2008, p. 107), “é um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes”. Em termos simplificados, quando um sujeito assume esse lugar determinado, ele assume a posição de Sujeito e passa a proferir

uma série de enunciados que já estavam lá, ou melhor dizendo, ele tem diante de si um já-dito, cujos significados foram constituídos ao longo da história.

Os enunciados nunca são isolados, “livres, neutros e independentes” (FOUCAULT, 2008, p, 112), mas subsistem dentro de um conjunto maior e regular de onde são dispersos sempre que ocorre uma enunciação. O filósofo francês define o discurso como “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (2008, p. 122).

Em termos gerais, enunciados são os ditos, o já lá, aquilo que pode e deve ser dito, quando reunidos na forma de conjuntos, constituem um discurso e o sistema que lhes permite ser regularizados e dispersos chama-se formação discursiva.

O filósofo realiza a definição mais plena do termo discurso ao longo de sua obra arqueológica do saber quando define discurso como “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”, paradoxal sistema que, ao mesmo tempo, dispersa enunciados e os regulariza (2008, p. 122).

Entretanto para chegar a essa constatação sobre o que é um discurso e como ele se efetiva, Foucault percorre um complexo caminho para definir o enunciado, um elemento crucial a seu postulado, uma vez que os enunciados são tomados do discurso e, sem eles, não haveria a própria noção de discurso, de arquivo, de função enunciativa ou mesmo um *a priori* histórico.

Em sua conhecida autocrítica, apresenta a preocupação de definir enunciados dentro dos limites do discurso, o qual serviria de espécie de invólucro aos enunciados, mas seria essa uma tarefa fácil ou mesmo possível sendo o próprio conceito de discurso muito amplo? E com seu método de explanação repleto de indagações, o filósofo preocupa-se primeiramente em definir o que o enunciado não é: proposição, frase ou ato de fala, embora ele se valha materialmente desses tipos de suportes linguísticos para se efetivar.

Finalmente, Foucault define o que é o enunciado: enunciado é uma função que vai além do conteúdo linguístico, passível de ser descrita em seu exercício, em suas condições, nas regras que a controlam e no espaço em que

se realizam. Essas regras e/ou regularidades são por ele chamadas de função enunciativa.

Assim como o suporte de descrição de uma oração é a gramática, o suporte de descrição dos enunciados é a função enunciativa e seu correlato é o referencial, elemento não passível de análise formal, mas um domínio de possibilidades e diferenciações que permitem a existência dos enunciados.

A tarefa que Foucault impõe a si mesmo é complexa e árdua, pois ele procura descrever uma regularidade enunciativa dentro de um processo contínuo de dispersões e essa regularidade tem como suporte o referencial. Após complexas definições de enunciado, função enunciativa e referencial, Foucault vê-se diante da tarefa de definir o sujeito.

Segundo o autor, o sujeito do discurso não se configura em um ser, uma instância linguística ou psicológica, mas sim um lugar/posição que, vazia, pode ser ocupada por diferentes indivíduos e somente é possível ser descrita por uma função enunciativa.

No raciocínio do autor, por não ser um elemento do domínio linguístico, da lógica ou da análise, mas do discurso, o enunciado somente é cabível de ser entendido e descrito dentro da função enunciativa e o sujeito de que fala Foucault não é o sujeito da frase gramatical ou da proposição lógica, nem tampouco o enunciador dos atos de fala ou de quaisquer outras instâncias de análise, e sim o sujeito do discurso, aquele que assume uma posição dentro do discurso e que poderia ser assumida por qualquer outro indivíduo.

Diferentemente da frase ou proposição, que podem ser analisadas ou entendidas fora de um contexto, o estudioso explica que o enunciado, cuja particularidade é ser repetido, necessariamente precisa ser relacionado com um referencial, um todo adjacente. Esse todo circundante está na ordem das contestações e das lutas. Foucault compreende o discurso como sendo constituído principalmente por enunciados e estes estão sob o domínio das formações discursivas que agiram como princípio de dispersão e repartição dos enunciados.

Após percorrer um caminho repleto de definições, indagações e considerações, o filósofo define discurso como “conjunto de enunciados que se

apoia em um mesmo sistema de formação”. Para se manifestar na materialidade, o discurso utiliza o que a língua lhe possibilita em termos de signos, verbais ou não.

Já para se realizar discursivamente, precisa de outros elementos que vão muito além do universo da língua, ou do dizível, que pertencem mais ao domínio do discurso e de suas práticas discursivas do qualquer outro âmbito. São eles: o enunciado (princípio de repetição); o referencial (princípio de diferenciação); um sujeito (princípio de posição, passível de ser ocupada por diferentes indivíduos); um campo (domínio de coexistência para outras formações discursivas); uma materialidade (2008).

O ajuntamento e dispersão desses elementos ocorrem no interior das formações discursivas. Para entendermos de modo mais acurado como ocorre a interação entre as formações discursivas, nos baseamos na tese proposta por Pêcheux (1995, p. 162), segundo a qual,

Toda formação discursiva dissimula, pela transparência de sentido que nela se constitui, sua dependência com “respeito ao todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas.

Sendo assim, a manutenção e dispersão desses enunciados – na forma de saberes, de práticas, de lutas, etc., e sob a forma materializada de textos, sermões, pinturas, conversas diárias, e quaisquer outras formas de manifestação da língua oral e escrita, verbal e não verbal. etc. – envoltas pelo interdiscurso ocorrem sempre que os sujeitos assumem posições com base em suas formações discursivas.

É por meio do arquivo, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares que a arqueologia proposta por Foucault descreve tanto os discursos como a função enunciativa, bem como as práticas discursivas inscritas ao longo da história pela sociedade.

Saber-poder, método e verdade

Para Foucault (2012) verdade e poder, poder e saber são termos intrínsecos.

O método para articular e descrever esses termos, relacionando-os aos acontecimentos e descontinuidades históricas, consiste em uma perspectiva arqueogenealógica, que articula ao mesmo tempo noções de história, verdade, saber e poder, inserindo-os no âmbito de uma prática discursiva em que ocorre a emergência dos enunciados. O princípio fundamental da arqueogenealogia é responder o questionamento: Por que um discurso como esse emerge nessa época? Essa é a principal questão que o filósofo mobiliza para a interpretação dos discursos ao longo da História. Uma descrição arqueogenealógica olha a história de forma crítica e questionadora partir dos acontecimentos e não da tradição. É um método que dissocia a verdade do conceito usual de moralidade e a aproxima das relações de poder, das instituições e dos campos de saber. Desse modo, uma análise arqueogenealógica do discurso científico, por exemplo, observa-o, descreve-o enquanto um saber-poder organizado dentro de um campo específico de conhecimento corroborado/sustentado por práticas institucionais, políticas, hegemônicas, etc. Assim, a verdade científica não tem uma existência fora do homem e das coisas, mas é uma criação da sociedade que somente pode subsistir acoplada ao poder.

Para Foucault, não interessa determinar se discursos científicos, religiosos, políticos, etc. são em si mesmos verdadeiros ou falsos, mas interessa-lhe apreender os efeitos de verdade, ou seja, a verdade como um efeito do poder, e, principalmente, compreender por que este e não aquele discurso emergiu em uma dada época na sociedade.

No caso do discurso científico, sabe-se que ao longo da história e por meio de sucessivas rupturas e lutas que envolviam principalmente dogmas religiosos e mesmo a dominação geopolítica da Igreja, teve seu poderio cada vez maior a partir do século XIX e atualmente detém um poder imenso sobre diversas práticas sociais materializadas em formas tecnológicas que incidem sobre o *modus vivendi*. Em suma, o ser, estar e sobreviver do homem em sociedade raramente está desassociado do domínio da ciência seja ela de

qualquer ramo: tecnologia, medicina, física, matemática etc. Ou seja, saúde, educação, segurança, alimentação, etc., tudo de que o homem necessita materialmente para sobreviver e quase tudo o que ele pode aprender enquanto conhecimento depende de sua relação direta ou indireta com a ciência.

O que pretendemos declarar com isso é o óbvio: os saberes científicos são tão poderosos que seu *status* de verdade é proporcional aos poderes que detêm.

A verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é – não obstante um mito, de que seria necessário esclarecer a história e as funções – a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2012, p. 10).

Para firmar sua condição de verdade e poder, a ciência necessita o tempo todo realizar novas descobertas, melhorar e avançar as já existentes, comprovar a veracidade de teorias, derrubar mitos e crenças, combater dogmas religiosos que estiverem em seu caminho, ampliar seu domínio, etc. a ciência goza de um estatuto que lhe permite dizer o que é ou não é verdade.

Em sua busca constante pela verdade e poder, na instância discursiva, produz efeitos de poder através de enunciados que ela cria, retoma, reproduz, etc. funções enunciativas reguladas no interior das formações discursivas e estabilizadas nos discursos.

Sem dúvida, um enunciado crucial para a manutenção do estatuto de poder-verdade da ciência seria materializado no termo linguístico "comprovação". Por exemplo, o ex-planeta Plutão foi rebaixado em 2006 pelos astrônomos à categoria de planeta-anão por meio de uma série de comprovações científicas de que não possuía características suficientes para

ser classificado como planeta. Assim, o enunciado “Plutão é um planeta-anão do sistema solar” é científico porque pode ser comprovado, mas afirmar o contrário seria apenas fruto de uma crença sem fundamentos.

Em termos gerais, para Foucault a verdade não é um elemento que existe fora do mundo ou dos homens, não é nenhuma dádiva espiritual ou pureza de virtude de ações ou consciências, mas uma espécie de produto criado pela própria sociedade. Enquanto produto de criação social, a verdade é perpassada por uma espécie de lei, ou força, que lhe é superior, contudo mascarada: a vontade de verdade, cujo intento não seria o de manifestar a verdade em si, mas sim utilizá-la/manipulá-la para obter como finalidade o poder. Segundo Foucault (2010, p. 20),

O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascará-la. Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recoloca-la em questão contra a verdade.

Esse produto social chamado de verdade é levado adiante pelo desejo e este se reveste de força pela vontade de verdade, produzindo efeitos de poder, e a forma de manifestação desses efeitos são os vários enunciados produzidos e dispersos, por isso o filósofo afirma que os enunciados não são elementos puramente linguísticos, se o fossem, seriam apenas frases ou simples atos de fala (2008). O poder institucional científico, por exemplo, manifesta sua vontade de verdade mascarando-a em forma de uma verdade autorizada por saberes científicos que ao longo da história têm sido autorizados a explicar os mais diversos fenômenos físicos, sociais.

A relação entre verdade e poder torna-se mais forte à medida que o estatuto daqueles que são autorizados a dizer o que é ou não verdade define-se como sendo o de maior grau de escolaridade possível. Segundo Foucault (2012, p. 11), “a ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a

produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. ‘Regime’ da verdade”.

Por conta disso, no discurso científico, por exemplo, a manutenção de um aparato acadêmico (títulos, pesquisas, publicações, etc.) é essencial para assegurar que o estudioso esteja “dizendo a verdade” e goze, assim, de respeito.

A reunião desses aparatos acadêmicos unidos a um regime acolhido pela sociedade transforma-se em “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (2012, p, 11).

Assim, a materialidade discursiva somente pode ser captada a partir dos enunciados dispersos no meio social e em constante circulação. Nenhum discurso poderia ser captado como um todo, ou seja, em toda a sua extensão, mas alguns de seus enunciados sim. No caso desse trabalho, recortamos alguns enunciados em que a histórica resistência da ciência contra a religião continua a circular numa busca incessante pelo poder-saber de determinar o que é verdadeiro ou falso, o que é mito ou ciência.

Moisés, mito até que se prove o contrário?

O discurso científico, a partir do século XIX, emerge como o discurso da razão em contraposição aos saberes da doxa, impulsionado pelo positivismo empirista de Comte. Nesse século, a ciência emerge com um aparato de saber pleno, racionalista e absoluto, galgando um território particular, distante do domínio religioso. Tanto o método racionalista, em que somente a razão é o princípio confiável para tudo explicar, quanto o método reducionista, em que os todos os fenômenos podem ser reduzidos a explicações científicas, quanto o método mecanicista, em que a natureza é descrita por meio das infalíveis leis da física são garantias concedidas pelo saber científico de que todo e qualquer fenômeno natural deve ser analisado objetivamente enquanto fato material devendo ser dissociado do sobrenatural. Assim, a verdade da/para ciência nunca se distancia das comprovações materiais de existência. Delimitando assim seu campo de saberes, a existência do discurso científico não ocorre em

situação de neutralidade em relação ao discurso religioso, mas em disputa, na qual razão e crença não se aglutinam.

A fim de perscrutar, mesmo que brevemente, esse campo de embate entre dois saberes que se se repelem mutuamente, comecemos com uma indagação que delimitará um espaço propício à análise discursiva: para quem Moisés é um mito?

Levando-se em consideração a leitura basilar que realizamos em Foucault sobre elementos do discurso, tais como, enunciado, formação discursiva e sobre a relação intrínseca entre verdade e poder, a perspectiva arqueogenealógica traz uma resposta plausível: Moisés está sendo interpretado como sendo um mito na reportagem de Versignassi e Lopes, dois jornalistas que, enquanto sujeitos formuladores, se submetem à ordem de um saber universal promulgado pelo Sujeito da ciência. Mas por quê?

Porque na instância discursiva quem enuncia na reportagem é um Sujeito em quem é depositado um estatuto de autoridade que lhe concede a incumbência de dizer o que é ou não real e verdadeiro. Esse estatuto provém de um posicionamento científico. Mais especificamente de saberes do ramo arqueológico. Nos recortes abaixo, extraídos da reportagem, a materialidade linguística demonstra que o saber do Sujeito da ciência, evocado pelos jornalistas, reivindica para si uma posição de verdade – e de poder de declarar o que é ou não verdade – ao mesmo tempo em que relega a narrativa bíblica ao descrédito. Para tal, os sujeitos formulam enunciados como os que seguem:

- Como um rei megalomaniaco, muita geopolítica e uma farsa de proporções bíblicas criaram a saga de Moisés - o herói que foi sem nunca ter sido

-[..]É verdade que um líder tribal chamado Moisés, ou algo parecido, pode até ter existido há 3 mil anos, mas basicamente nenhum feito atribuído a ele passa pela peneira do escrutínio histórico.

-[...]Outra certeza dos historiadores é que Moisés não escreveu o quinteto inicial de livros bíblicos – Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio.

- [...]O ápice cênico, aliás, é a conquista da cidade murada de Jericó (veja na página ao lado) – outra história bíblica desmentida pela arqueologia, já que não havia uma cidade grande com muralhas na região quando Josué teria vivido.

A narrativa bíblica sobre os feitos de Moisés é tida, pelos jornalistas, como uma “farsa”, e o personagem Moisés, como um “herói que foi sem nunca ter sido”, que “pode até ter existido” como “líder tribal”. A “farsa de proporções bíblicas” teria sido criada sob o mando de Josias, um “rei megalomaniaco”. Os autores dessas formulações se amparam nos saberes de historiadores e arqueólogos demarcando, assim, um campo associativo entre os enunciados da historiografia e da arqueologia para reivindicar no escopo da ciência um poder de verdade para se contrapor ao saber religioso, já que não poderiam angariar um poder de verdade suficientemente forte somente com base em sua opinião pessoal ou profissional. Ou seja, a reprodução do discurso da ciência é uma fonte de poder-saber de peso. Dessa forma, surgem formulações em que o poder de comprovar/dizer o que é ou não farsa é remetido a um poder-saber histórico e arqueológico em que o sujeito da ação que reprova não são os jornalistas, mas o poder da ciência: “nenhum feito atribuído a Moisés passa pela peneira do escrutínio histórico”, “Outra certeza dos historiadores é que Moisés não escreveu o quinteto inicial de livros bíblicos”, “outra história bíblica desmentida pela arqueologia”.

Ainda, no trecho abaixo extraído da reportagem, os autores se revestem da autoridade da ciência para expressarem o que consideram como sendo fatos da “vida real” e assim se distanciam da formação discursiva religiosa.

Na vida real, como a arqueologia deixa claro, não foi bem isso: a nação de Israel surgiu a partir de tribos que sempre haviam morado em Canaã mesmo. Eles eram cananeus da gema. Nunca, jamais, moraram no Egito. Muitos cananeus proto-israelitas (cujos netos e bisnetos formariam o povo de Israel lá na frente) certamente foram escravos de egípcios - inclusive dentro de Canaã, já que esse era o destino de vários habitantes de regiões dominadas. (Disponível em: <<http://super.abril.com.br/historia/os-dez-mandamentos-a-verdadeira-historia-de-moisés>> Acesso em: 03 de maio de 2016).

Ao utilizarem o termo “vida real”, os autores assumem a ideia de que a arqueologia tem o poder de deixar claro o que é real e o que é fantasioso. Também a negação de que os israelitas moraram no Egito na forma dos advérbios “nunca” e “jamais” se reveste de poder por conta da arqueologia, a qual na visão dos autores é a detentora do poder de esclarecimento.

A confiança que os autores da reportagem dão à arqueologia pode ser explicada porque, como um ramo da ciência, a arqueologia sempre está em busca de descobertas, sobrevive de achados, tais como, fósseis, vestígios de civilizações, um documento antigo, utensílios de metal, madeira, cerâmica, restos mortais, etc., ela precisa de elementos materiais que levem a indícios de uma existência remota de seres, civilizações, tradições etc., e quanto mais completo for o achado, maior o regozijo da arqueologia, pois ela poderá montar o quebra-cabeça e decifrar o passado. Mais que isso, dirá o que verdadeiramente existiu (ou não) no passado.

Caso os autores da reportagem não se filiassem à formação discursiva da ciência, seu discurso não teria força suficiente para combater e disputar com a vontade de verdade advinda da religião, já que esta se afirma na sociedade de forma poderosa. Sobre a diferença de alcance de poder/verdade entre um sujeito autor que discursa desvinculado de uma instituição e de um outro que se associa a ela, encontramos o seguinte esclarecimento em Foucault:

O autor, não entendido, e claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu em texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência. Esse princípio não voga em toda parte nem de modo constante: existem, ao nosso redor, muitos discursos que circulam, sem receber seu sentido ou sua eficácia de um autor ao qual seriam atribuídos: conversas cotidianas, logo apagadas; decretos ou contratos que precisam de signatários mas não de autor, receitas técnicas transmitidas no anonimato. Mas nos domínios em que a atribuição a um autor é de regra – literatura, filosofia, ciência – vê-se que ela não desempenha sempre o mesmo papel; na ordem do discurso científico, a atribuição a um autor era, na Idade Média, indispensável, pois era um indicador de verdade. (FOUCAULT, 2010, p. 26-27).

Ora, Foucault nos ensina que para haver uma verdade, basta que haja um saber e conseqüente produção de efeitos de poder. Sem dúvida, a arqueologia trata-se de um ramo do saber que detém imenso prestígio social e desmenti-la não seria tarefa fácil. Assim, o verdadeiro sujeito-autor do discurso da ciência arqueológica seria a formação discursiva correspondente a esse ramo da ciência, de forma que a autoridade dos argumentos apresentados

pelos jornalistas não advém deles, mas sim da formação discursiva em que se filiam.

Os jornalistas responsáveis pela reportagem não são arqueólogos ou historiadores, contudo enunciam do lugar da ciência assumindo posições de sujeito dentro da formação discursiva científica, tendo como aparato conhecimentos universais da arqueologia, eis a explicação: o saber da ciência é um saber universal que pode ser subsumido por todos os sujeitos que tiverem alcance a ele. Estando em constante circulação na sociedade, os enunciados da ciência geram formulações que podem ter autores variados. A organização desses enunciados e suas formulações se encontra dentro de um sistema de formação discursiva. Assim, o que nos interessa nesta análise são os enunciados constituídos no interior de uma formação discursiva vinculada a saberes científicos, bem como o posicionamento de um Sujeito que exclui como verdade histórica/real tudo o que não pode ser comprovado materialmente, sendo o saber religioso um alvo em potencial a essa exclusão, já que a religião opera em um campo de saber que considera tanto o palpável quanto o sobrenatural.

E por conta dessa exclusão, o saber advindo do discurso religioso é rechaçado e tido por fantasioso, pois não se enquadra nos requisitos materialistas da ciência em considerar como fato/realidade somente aquilo que pode ser comprovado por seus métodos. A complexidade disso está no fato de que existe mais uma vontade de verdade nos discursos que uma verdade, propriamente dita. Foucault (2010, p. 18) acredita que “essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão e como que um poder de coerção”.

Sendo a Bíblia Sagrada um dos livros mais antigos e vendidos do mundo – base para imensas religiões como o judaísmo e o cristianismo, que, entre outros muitos seguidores, veneram-na e tem-na como verdade – não seria tarefa fácil reduzir um de seus principais personagens a simples fantasia (tão mitológico quanto Daenerys Targaryen). Entretanto, os jornalistas encontram na formação discursiva da ciência aparato em saberes que se imaginam fortes o bastante para atribuir a Moisés a denominação de personagem lendário, ao

invés de personagem histórico como quer o discurso religioso. Daí ocorrer o poder de coerção e pressão da ciência sobre a religião e vice-versa.

Ora se, para a formação discursiva vinculada à ciência, Moisés é tão fictício quanto Daenerys, ela poderia também afirmar que a Bíblia é tão ficcional quanto “Guerra dos Tronos”, um paralelismo possível. Eis aí um enunciado que seria admissível utilizar na reportagem, apesar de não estar materializado, de certa forma, ele está lá até mesmo porque para Foucault as entrelinhas sequer existem. Tudo está dito.

A tese central defendida na reportagem é de que a saga de Moisés não passa de uma lenda, termo da mesma família de fábula, mitologia, folclore, tradição, todos significados vinculados ao fantástico ou ficcional. Eis um trecho da reportagem:

As figuras lendárias de Moisés (e de Aarão, e de Fineias) teriam nascido nesse momento de transição, como personagens de histórias orais, que cresciam e se multiplicavam de fogueira em fogueira, enquanto a comunidade israelita se firmava numa Canaã agora livre do jugo egípcio.

Os termos “figuras lendárias” e “teriam” utilizados pelos autores da reportagem carregam uma carga de sentidos que remetem à dúvida. A palavra “lendária” remete a narrativas de caráter maravilhoso em que um fato histórico se amplifica e transforma sob o efeito da evocação poética ou da imaginação popular, e o verbo “ter” conjugado no modo subjuntivo remete a uma ação incerta.

Toda a construção do texto em termos de argumentos de autoridade, exemplos, citações, utilização de fatos históricos e tudo o mais que seja típico aparato de um texto de informativo ou de opinião (e até mesmo a opinião de um conceituado teólogo) são reunidos em torno desse enunciado: Moisés é uma lenda. E o poder para proferir e “comprovar essa verdade” vem de fontes arqueológicas e históricas, fontes que, para os autores, são suficientes para corroborar de verdade sua reportagem.

Considerações finais

Foucault abriu caminho em um terreno que até então era relegado pela filosofia e pela linguística: o discurso. O termo discurso foi estabelecido pelo filósofo como um conjunto limitado de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação discursiva. Foucault não o confunde com uma unidade retórica ou formal repetível e assinalável na história. O discurso não é intemporal, pelo contrário ele tem um início, porém Foucault considera-o como um fragmento de história, cujo surgimento é dificilmente definido em uma data específica, ou seja, os historiadores podem registrar um fato, um acontecimento, etc. vinculados a um discurso, mas não a data ou o local precisos em que um discurso emergiu.

Um discurso não segue sempre idêntico a si mesmo ao longo de sua temporalidade. Ele passa por períodos de descontinuidades, cortes, transformações, deslocamentos, acontecimentos, pois é produzido na história e como tal, sofre interferências advindas do contínuo mover histórico.

Sem dúvida, a preocupação de Foucault não é a de investigar o que é verdade ou não, mas sim a de mostrar que no âmbito das práticas discursivas aquilo que se entende por verdade na sociedade mascara uma vontade de verdade que gera efeitos de verdade, cujo objeto de desejo não é a verdade em si, mas o poder. O método de investigação do binômio poder-saber se dá pela junção da arqueologia e da genealogia formando uma perspectiva arqueogenealógica. De um modo simples podemos compreender ainda que o filósofo pretende explicar as formas de poder, bem como o desejo de poder e para isso aponta a relação entre verdade e poder, ou seja, uma relação intrínseca em que a verdade gera poder e o poder gera a verdade.

Sendo assim, não é de nosso interesse mostrar o que é verdadeiro ou falso no discurso da ciência, da religião ou de outra forma institucional de saber, mas é nosso interesse tentar demonstrar que a ação de um discurso sobre o outro para desclassificá-lo, inferiorizá-lo ocorre por disputa entre poder e verdade.

Após percorrer um caminho repleto de definições, indagações e considerações, o filósofo define discurso como “conjunto de enunciados que se

apoia em um mesmo sistema de formação”. Para se manifestar na materialidade, o discurso utiliza o que a língua lhe possibilita em termos de signos, verbais ou não.

Por ora nosso intento foi o de procurar entender um pouco mais sobre alguns conceitos fundamentais foucaultianos, como suas clássicas definições de enunciado, discurso, formação discursiva, bem como compreender ao menos uma sùmula de sua intrigante ideia sobre a relação de verdade e poder em uma perspectiva de análise arqueogenealógica.

Referências

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *A microfísica do poder*. 25 ed. Paz e Terra, 2012. Disponível em: <<https://cartaslivres.files.wordpress.com/2011/08/microfisica.pdf>> Acesso em: 03 de maio de 2016.

_____. *A ordem do discurso*. 20. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995, p. 143-185.

VERSIGNASSI, Alexandre; LOPES, Reinaldo José. Os dez mandamentos: a verdadeira história de Moisés. *SUPERINTERESSANTE*. São Paulo, edição 353, nov. 2015. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/historia/os-dez-mandamentos-a-verdadeira-historia-de-moises>> Acesso em: 03 maio 2016.